COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.879, DE 2016

Qualifica o homicídio cometido contra Líderes Eclesiásticos Cristãos, em decorrência do ministério evangelístico, ou em razão dele, bem como incluí-lo no rol dos crimes hediondos.

Autor: Deputado PROFESSOR VICTÓRIO GALLI

Relator: Deputado PASTOR EURICO

I – RELATÓRIO

Busca a proposição, apresentada em 30 de março de 2016, alterar o art.121 do Decreto-Lei nº2.848 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de qualificar o homicídio contra Líderes Eclesiásticos Cristãos, em decorrência do ministério evangelístico, ou em razão dele, bem como incluí-lo no rol dos crimes hediondos.

Em sua justificação, o nobre Autor aduz que a alteração busca promover a segurança e proteção aos cultos bem como qualquer evento. Acrescenta ainda o seguinte: *“Ato contínuo, é bom lembrar, que tal proposição vem para intimidar e prevenir esse tipo de delito de caráter reprovável por parte da sociedade, mostrando àqueles que pensam ou premeditam em realizar tal conduta, que reflitam antes de cometerem tal gravidade, uma que será punido mais severamente nos rigores da lei”*.

A proposição principal foi distribuída para análise e parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do que dispõem o artigo 24, II e o artigo 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sob regime de tramitação ordinária, sujeita à apreciação do Plenário. Em 08/04/2016, a proposição foi recebida na presente Comissão e, em 29/08/2016, fora designado Relator.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados se manifestar sobre a proposição quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, o Projeto não contém vícios, tendo sido observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência privativa da União para legislar sobre direito penal, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria neles versada (CF, art. 22, *caput* e inciso I; e art. 61, *caput*).

No tocante à constitucionalidade material, vislumbram-se discrepâncias entre a proposição e a Constituição Federal, uma vez que a proposição está eivada de inconstitucionalidade material, violando o princípio da igualdade, conforme razões expostas a seguir.

Em relação à juridicidade, a proposição é injurídica, porquanto viola normas e princípios do ordenamento jurídico-constitucional vigente, como será detalhado a seguir.

A técnica legislativa empregada encontra-se em consonância com as regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Cabe assinalar que, em seu exame prévio de admissibilidade, a proposição atenta contra o princípio da igualdade, uma vez que

promove inadequada diferenciação entre as pessoas, bem como ofende a laicidade do Estado Brasileiro.

Qualificar o homicídio cometido contra o líder eclesiástico cristão, por mais relevante que seja o seu ofício, viola o princípio da igualdade, esculpido no *caput* e inciso I do art.5º da Lei Maior, *verbis* : “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.”

Nessa esteira, a vida do homem ou mulher que é líder eclesiástico cristão não tem valor maior do que a vida de outros líderes religiosos, não podendo a lei penal fazer tal diferenciação. Necessário invocar a exigência da observação da igualdade na lei, muito bem explicitada pelo Ministro Celso de Mello no julgamento do AI nº360.461 AgR. Vejamos:

*“O princípio da isonomia-cuja observância vincula todas as manifestações do Poder Público-deve ser considerada em sua precípua função de obstar discriminações e de extinguir privilégios, sob duplo aspecto: a) o da igualdade na lei e b) o da igualdade perante a lei. **A igualdade na lei – que opera numa fase de generalidade puramente abstrata- constitui exigência destinada ao legislador, que, no processo de formação do ato legislativo, nele não poderá incluir fatores de discriminação responsáveis pela ruptura da ordem isonômica**”.*

Sendo assim, a proposição em análise ofende a garantia constitucional da igualdade, padecendo, assim de vício de inconstitucionalidade material.

Destaque-se, nesse ponto, que o Estado Brasileiro é laico, consagrando também a liberdade religiosa. A teor do disposto nos artigos 19,

inciso I e 5º, inciso VI, da Constituição da República¹, vê-se que o Estado Brasileiro é um Estado secular tolerante e neutro. Vale a pena transcrever o seguinte trecho do voto do Ministro Marco Aurélio no julgamento da ADPF 54/DF:

“Se, de um lado, a Constituição, ao consagrar a laicidade, impede que o Estado intervenha em assuntos religiosos, seja como árbitro, seja como censor, seja como defensor, de outro, a garantia do Estado laico obsta que dogmas da fé determinem o conteúdo de atos estatais. Vale dizer: concepções morais religiosas, quer unânimes, quer majoritárias, quer minoritárias, não podem guiar as decisões estatais, devendo ficar circunscritas à esfera privada. A crença religiosa e espiritual – ou a ausência dela, o ateísmo – serve precipuamente para ditar a conduta e a vida privada do indivíduo que a possui ou não a possui. Paixões religiosas de toda ordem não devem ser colocadas à parte na condução do Estado. Não podem a fé e as orientações morais dela decorrentes ser impostas a quem quer que seja e por quem quer que seja. Caso contrário, de uma democracia laica com liberdade religiosa não se tratará, ante a ausência de respeito àqueles que não professem o credo inspirador da decisão oficial ou àqueles que um dia desejem rever a posição até então assumida”.

De ter a nação brasileira tal caráter de neutralidade quanto às diversas crenças religiosas, também nesse ponto a proposição em análise não se coaduna com a Constituição, porque estar-se-ia protegendo os líderes de um segmento religioso, enquanto que líderes de outras religiões não estariam albergados pela norma.

¹ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:(...)VI- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias(...) Art.19: É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público(...)”

Assim, padece a proposição em análise de inconstitucionalidade material, por ofensa à ordem constitucional, como demonstrado acima.

Pelos mesmos motivos elencados acima, também no mérito o presente Projeto de Lei não merece prosperar.

Diante do exposto, vota-se pela inconstitucionalidade material, injuridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.879, de 2016 e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.879, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado PASTOR EURICO
Relator